



ARTIGO

## **O PRÍNCIPE E O ANTROPÓFAGO**

*Romulo Cabral de Sá*

*Licenciado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Especialista em Culturas e História dos Povos Indígenas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Indigenista Especializado na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Campo Grande-MS.*

## Resumo

Este artigo enfoca a viagem do príncipe prussiano Maximiliano Wied-Neuwied ao Brasil, entre 1815 e 1817, em especial em sua estadia na Capitania do Espírito Santo. Além do interesse na exuberante natureza do Novo Mundo, o príncipe direcionou também sua curiosidade aos índios do tronco linguístico Macro-Jê, considerados antropófagos, segundo relatos de colonos e governantes. Esses discursos serão examinados à luz de sua emergência no contexto das frentes de expansão para o oeste da Capitania. Verificar-se-á se tais discursos, juntamente com as leituras prévias de documentos coloniais, teriam influenciado o príncipe em sua certeza ou não da antropofagia praticada pelos índios.

**Palavras-chave:** Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, índios Botocudo, índios Puri, canibalismo, Capitania do Espírito Santo.

## 1. Introdução

O príncipe Maximilian Alexander Philipp Zu Wied-Neuwied – viajante naturalista, explorador – nasceu no pequeno estado de Neuwied, na Prússia, hoje Alemanha, em 23 de setembro de 1782 e morreu de pneumonia, no mesmo local, em 3 de fevereiro de 1867. Príncipe em seu pequeno estado natal, Maximiliano entrou em 1802 no exército da Prússia e participou das guerras napoleônicas. Seguiu como militar até 1815, quando então se reformou no posto de major-general, dedicando-se daí por diante ao estudo das Ciências Naturais, da Geografia e da História, tendo também recebido orientações do famoso antropólogo J. Fried Blumenbach. No mesmo ano embarcou para o Brasil (SCHADEN, PEREIRA, 2004, p. 427-428; COSTA, 2008, p. 9).

Nesse momento, o Brasil é o centro do Império Português, sendo D. João seu príncipe regente<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> D. João VI assumirá o trono em 1816.

## Abstract

This article focuses on the journey of the Prussian Prince Maximilian Wied-Neuwied to Brazil, between 1815 and 1817, in particular on his stay in the captaincy of Espírito Santo. In addition to the interest in the lush wildlife of the new world, the prince also directed his curiosity to the indigenous people of the Macro-Jê linguistic branch, considered cannibals according to reports of settlers and rulers. These speeches will be examined in the light of their emergence in the context of the expansion to the west of the captaincy. It will be verified whether such speeches, along with the previous readings of colonial documents, would have influenced the prince in his certainty of the cannibalism practiced by the native Indians.

**Keywords:** Prince Maximilian Wied-Neuwied, Botocudo Indians, Puri Indians, Cannibalism, Captaincy of Espírito Santo.

A família real e grande parte da corte portuguesa se refugiam em sua colônia americana, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, que haviam invadido Portugal em 1808. Além da abertura dos portos às nações amigas, D. João franquearia também, mediante autorizações especiais, subvenções e passaportes, a vinda de sábios estrangeiros, interessados em conhecer, colecionar espécimes da fauna e da flora, além de publicar obras sobre o Brasil (WIED-NEUWIED, 1989, p. 5-10; PINTO, 2004, p. 447).

Junto ao grupo de sábios estrangeiros que frequentavam o círculo do Cônsul-Geral da Rússia – o barão Georg von Langsdorff – Maximiliano, em função de interesses comuns de pesquisa, conheceu e juntou-se aos naturalistas Georg Wilhelm Freireiss e Friedrich Sellow – coletores profissionais a soldo de vários museus da Europa, principalmente do de Berlim (PINTO, 2004, p. 447).

Destarte, foi então organizada a grande comitiva que percorreu os territórios que hoje representam os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e

Minas Gerais. O resultado de suas notas – observações e ilustrações – em terras brasileiras constitui a sua conhecidíssima obra, composta dos livros *Viagem ao Brasil* (*Reise nach Brasilien*, publicado em Frankfurt, 1820); *Contribuição à história natural do Brasil* (*Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien*, publicado em 4 volumes em Weimar, entre 1820 e 1833) e *Ilustrações sobre a história natural do Brasil* (*Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens*, publicado em Weimar, entre 1823 e 1831 (PINTO, 2004, p. 448; SCHADEN, PEREIRA, 2004, p. 427-428).

Segundo Paulo Vanzolini (1996, p. 210, grifos do autor), a totalidade das observações em campo de Maximiliano foi publicada no *Beiträge zur Naturgeschichte von Brasilien*, livro de quatro volumes,

[...] uma das mais ricas e mais agradáveis obras zoológicas jamais escritas sobre a América do Sul. O livro foi publicado parceladamente e acompanhado por uma série autônoma de estampas (1822-31), “Abbildungen zur Naturgeschichte Brasiliens”, algumas das quais contêm a descrição de espécies novas.

Resta acentuar que a obra *Viagem ao Brasil* desse aristocrata naturalista visitante é de fundamental importância para o conhecimento do país no início do século XIX, pois inclui preciosas informações sobre a fauna e, principalmente, notas etnográficas dos índios do tronco linguístico Macro-Jê (Puri, Puri-Coroado, Coropó, Botocudo, Pataxó, Maxacari, Malali e outros); bem como das informações sobre vilas, cidades, populações e *ethos* por onde passou a comitiva. Maximiliano levou também para a Prússia o jovem botocudo Queck, que foi acolhido em seu palácio, onde veio a falecer em 1832 (PINTO, 2004, p. 448; SCHADEN, PEREIRA, 2004, p. 427-428).

Vanzolini (1996, p. 210) acrescenta ainda que a convivência de Maximiliano com os “[...] índios do Espírito Santo e Bahia acendeu uma insopitável paixão antropológica”, de forma que terminada a sua viagem e a publicação de seus trabalhos “[...] embarcou para os Estados Unidos, onde realizou, de 1832 a

1834 [...]”, a famosa expedição para conhecer e registrar os costumes dos índios das pradarias.

Assim, após uma estada na capital Rio de Janeiro para os preparativos da viagem, o príncipe Maximiliano segue pelo litoral fazendo suas observações até adentrar a capitania do Espírito Santo que, em princípios do século XIX, é um território diminuto, pois havia perdido grande parte de seu território original do século XVI para as capitanias vizinhas de Minas Gerais e Bahia (RIBEIRO, 2010, p.6).

Há apenas uma estreita faixa litorânea escassamente habitada por colonos luso-brasileiros e índios Tupi em aldeias e uma parte ocidental, de forte relevo e coberta de Mata Atlântica, onde vagueiam grupos de índios do tronco linguístico Macro-Jê: Puri e Botocudo, entre outros (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 13-14).

Nesse momento, procura-se efetivar uma determinação da Coroa Portuguesa, que será levada a cabo pelos governadores do período 1800 – 1820, para que se ocupe o sertão da Capitania: (1) ao longo do rio Doce, facilitando uma ligação com Minas Gerais; (2) na região entre o mesmo rio Doce e o rio São Mateus e (3) ao longo de uma ligação terrestre com Minas Gerais a partir de Vitória. Todas essas frentes de expansão em direção ao território de caça e coleta dos índios, até então isolados, constituem-se em fontes de tensões e violência (OLIVEIRA, 1975, p. 217).

No extremo sul, próximo à foz do Itabapoana, verificam-se conflitos intensos entre os índios Puri e os luso-brasileiros. Em 1815, Maximiliano reproduz alguns desses fatos a partir de narrativas de colonos e soldados da região. Esses relatos, além de uma vívida descrição dos ataques, têm em comum que neles se atribuem a prática da antropofagia aos Puri (WIED-NEUWIED, 1989, p. 11).

Outros pontos de tensão, agora com os índios Botocudo, são os recentes povoados e quartéis ao longo do Rio Doce (Regência, Linhares, Porto Souza e outros) e ao longo das novas vias abertas em direção à capitania de Minas Gerais. Ressalte-se que

se vive ainda a “Guerra aos Botocudos”, declarada pelo Príncipe Regente D. João VI, em 1808 (WIED-NEUWIED, 1989, p. 153).

Maximiliano, no transcorrer desses contatos com os índios falantes do tronco Macro-Jê, não ficará tão seguro quanto à antropofagia deles. No entanto, persistirá na sua mentalidade esse epíteto e essa acusação, seja por conta de suas leituras prévias de documentos coloniais sobre o Brasil, seja pela opinião de colonos e soldados que vai encontrando em sua jornada.

Acrescente-se que documentos oficiais da época enfatizavam essa condição de antropófagos atribuída aos Botocudo e aos Puri, bem assim da necessidade de, se não exterminá-los, mantê-los confinados em aldeias para que se tornassem agricultores e parassem de vagar por um território que a Coroa Portuguesa queria ocupado pelos não índios.

Este artigo pretende examinar a construção de alguns desses discursos, de onde um objeto-imagético é erigido como projeção de um demônio-canibal e tentar compreender como esses discursos, junto com leituras prévias, influenciaram o príncipe viajante em sua visão etnográfica sobre os Botocudo e os Jê em geral (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 157).

## 2. A capitania em guerra contra os botocudos genéricos

A capitania do Espírito Santo que o príncipe alemão Maximilian Alexander Philipp Zu Wied-Neuwied visita em 1815 compreende dois territórios divididos no sentido Norte-Sul. O primeiro é uma estreita faixa litorânea, variando de três a quatro léguas (uma média de 15 quilômetros), escassamente habitada por colonos luso-brasileiros e remanescentes de índios Tupi, entre os rios Itabapoana e Doce. O outro território, a oeste, é uma região de forte relevo ou tabuleiros, cobertos de Mata Atlântica, que se limita com a capitania de Minas Gerais. É o espaço onde vagueiam livres grupos de índios do tronco linguístico Macro-

Jê, os Puri e os Botocudo, entre outros (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 13-14).

Razões de diversa ordem fizeram a Capitania perder grande parte de seu território para a capitania de Minas Gerais, obrigando que seus sertões intersticiais constituíssem barreira de proteção às ricas minas de ouro e diamantes. Anos antes, Vitória, sua vila capital, cada vez mais seria fortificada contra o assédio dos estrangeiros vindos do mar. Luiz Cláudio M. Ribeiro (2010, p. 13) enfatiza esse papel da vila de Vitória:

[...] como porto e defesa regional no conjunto das capitanias vizinhas do Espírito Santo. [...] Entendemos que todo o seu desempenho [da Capitania do Espírito Santo] se relaciona com o comércio e a navegação, pois ela detinha alguns dos produtos coloniais mais valorizados: pau-brasil, madeiras nobres, açúcar, aguardente, farinha de mandioca, carnes e escravos.

A economia incipiente da Capitania não permitiu o desenvolvimento de grandes vilas, fato agravado pela falta de vias que possibilitassem uma ocupação do sertão e a expansão da agricultura em terras que sempre foram reputadas como férteis, desde as primeiras ocupações no século XVI. As poucas aglomerações humanas perfilhavam-se na costa e a ligação entre elas se fazia por mar, pela areia da praia ou por algumas trilhas abertas nas matas ainda virgens (SALVADOR, 1982, p. 108-109; RIBEIRO, 2010, p.6).

Contudo, os dois primeiros decênios do século XIX demarcam uma clara intenção da Coroa Portuguesa em reanimar a “[...] quase extinta Capitania do Espírito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-mores”, segundo as palavras do então Príncipe Regente, o futuro D. João VI (*apud* OLIVEIRA, 1975, p. 217, nota 68).

Ressalte-se também a perda que fora para a Capitania a expulsão dos jesuítas em 1776. Suas quatro fazendas: (1) Muribeca, (criação de gado); (2) Itapoca (farinha de mandioca e legumes); (3) Araçatiba (açú-

car) e (4) Carapina (policultura) utilizavam largo contingente de mão de obra indígena. A essa população majoritariamente Tupi das fazendas, juntava-se número ainda maior de indígenas dessa mesma etnia que constituía os aldeamentos de Reritiba (Benevente), Guarapari e Reis Magos (Nova Almeida), todos eles ao longo do litoral da Capitania (BITTENCOURT, 1987, p. 36).

Os aldeamentos organizados pelos jesuítas no Brasil a partir do século XVI, segundo Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 119-120), destinavam-se à catequese dos índios, ao mesmo tempo em que os utilizava como cultivadores e extrativistas, cuja mão de obra repartia-se entre as necessidades do aldeamento em si, dos colonos luso-brasileiros e da Coroa. O status de “aldeado” supostamente garantiria ao índio a sua liberdade.

A concentração dos índios na costa por meio dos descimentos – deslocamento de povos inteiros para perto dos estabelecimentos portugueses – garantia, além da manutenção do estoque de mão de obra indígena, a defesa contra os ataques dos chamados “índios bravos” e da ocupação do território colonial por parte de estrangeiros (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118).

Com a expulsão dos jesuítas desarticula-se o aparato de defesa e agrava-se a já combalida economia da Capitania, pois, segundo Gabriel Bittencourt (1987, p.37), a administração laica que sucedeu aos padres da Companhia de Jesus não logrou conservar nem as fazendas nem os aldeamentos. Como consequência, os índios se dispersaram e suas terras foram paulatinamente expropriadas. Acrescenta ainda este autor (BITTENCOURT, 1987, p.37) que:

O desequilíbrio econômico regional, do qual já ressentia o Espírito Santo, nas últimas décadas do século XVIII, fê-lo intensificar a navegação de cabotagem ao Rio de Janeiro, para o Sul, e Bahia, para o Norte, principais e, talvez, únicos mercados à economia capixaba, à época.

Portanto, é esse o quadro da capitania do Espírito Santo que o regente D. João se propõe a alterar. Para tanto, vai convocar a trinca de governadores militares que a governarão nos dois primeiros decênios do século XIX. O primeiro será Antônio Pires da Silva Pontes, seguindo-lhe Manuel Vieira de Albuquerque Tovar e Francisco Alberto Rubim. Sonha a Coroa em integrar a economia incipiente da Capitania à promissora economia mineira (RIBEIRO, 2010, p.51).

É que quase esgotado o ouro, a capitania de Minas Gerais é agora extensa zona de produção agropecuária. Os governadores imaginam que grandes boiadas, tropas de muares ou canoas, repletas de produtos agrícolas e minerais, possam chegar à costa e de torna-viagem subir o sal e os implementos necessários ao cultivo. As guarnições militares e do fisco garantirão a receita de impostos que tanto se ressentem o tesouro real com o fim do ouro (ESPINDOLA, 2007, p.56; RIBEIRO, 2010, p.12).

Nomeado em 1797, mas empossado somente em 1800, Silva Pontes (1999, p.55-56) é o primeiro desses governadores a fazer um sucinto e preciso relato da situação da Capitania:

[...] A Gente desta Província, se acha toda acomodada, lavrando algodão, e algum assucar, e milhos, com a venda dos quaes generos, que exportão para a Bahia, e Rio de Janeiro, superem as necessidades do Vestuario Europeo, sendo-lhe sufficiente a farinha de Mandioca da Província, e o peixe da sua Costa para se manterem; e sendo rodeada de Gentio Inimigo todo o Perímetro da Colonia, desde a Barra do Rio Doce, athe o da Barra da Parahiba do Sul, não se entranhão os Colonos para o Centro do Sertão; alem de que pella Riqueza da pesca nos baxos fundos, e esparceis do oceano, e dos grandes lagamares, e lamedoens, que acompanhão a Costa, não se Retirão ja mais das suas Vizinhaças e se estão disputando sobre Indivisos huns com outros, em Continuo litígio, mas nunca deliberando-se a hir formar estabelecimento, onde os mattos estão sem dono, e abundancia abandonada ao Corpo do Gentio.

Destaque-se na avaliação de Silva Pontes alguns pontos. Há uma produção agrícola com excelentes exportáveis para a Bahia e o Rio de Janeiro. Além disso, os moradores da Capitania contentam-se em consumir a farinha de mandioca e o pescado abundante da costa. Por isso, ainda que disputem entre si o exíguo território costeiro, não se mostram muito dispostos a penetrar o sertão e tomar as terras do “Gentio Inimigo”.

Dessa forma, Silva Pontes, terá na capitania do Espírito Santo importantes atribuições prescritas pelo Príncipe Regente em 1800 e que se estenderão também aos períodos de governo de seus sucessores Manoel Tovar e Francisco Rubim, quais sejam (apud OLIVEIRA, 1975, p. 217):

[...] [1.º] abrir uma mais fácil comunicação com a Capitania de Minas Gerais, de que hão de seguir-se vantagens incalculáveis; [2.º] ampliar e conservar as preciosas matas da Capitania do Espírito Santo; [3.º] aumentar a extensão de toda a qualidade de culturas nos férteis campos da mesma Capitania; e [4.º] civilizar os índios por meio de propagação das luzes do cristianismo e concorrer assim para que eles se tornem vassallos leais.

Portanto, é para o sertão, “[...] onde os mattos estão sem dono”, interstício entre a Capitania de Minas Gerais e a estreita faixa litorânea com poucas vilas e localidades, que se voltam os olhos da Coroa. Terra indomada de posse do “Gentio Inimigo” é esse o sertão que será preciso romper a qualquer preço (SILVA PONTES 1999, p. 55-56).

Sendo o rio Doce uma via já existente para Minas Gerais, é para lá que os primeiros esforços dos governadores se concentrarão. Até porque a navegação, antes interdita para evitar o extravio do ouro, fora liberada, em 1800, pela Coroa Portuguesa (ESPINDOLA, 2007, p. 51).

Nas matas espessas ao longo deste rio, logo se darão as tensões mais significativas entre soldados e colonos com os Botocudo. O próprio príncipe Maxi-

miliano (WIED-NEUWIED, 1989, p. 153), num relato de segunda mão, dá conta de um importante fato:

Muitos anos atrás, existia um posto militar (‘destacamento’) de sete soldados a oito ou dez léguas rio Doce acima, no local onde hoje se ergue a povoação de Linhares; esse posto estava guarnecido com uma peça de canhão para proteger a projetada estrada nova para Minas. A peça, a princípio, manteve os selvagens à distância, mas, à proporção que foram conhecendo melhor os europeus e suas armas, os temores desapareceram. De uma feita assaltaram repentinamente o quartel, mataram um dos soldados, e teriam também massacrado os outros, se estes não tivessem fugido e escapado pelo rio, tomando uma canoa, que aconteceu justamente vir chegando com a salvação. Não podendo alcançá-los, os selvagens encheram o canhão de pedras e retiraram-se para as selvas.

Por essas e outras, o príncipe regente D. João, em 1808 (apud OLIVEIRA, p. 117), migrará então da política de “[...] civilizar os índios por meio de propagação das luzes do cristianismo [...]”, que prescrevera para Silva Pontes em 1800, para

[...] uma guerra ofensiva contra os genericamente chamados Botocudos, para liberar para a colonização o vale do rio Doce e os campos de Guarapuava, no Paraná (CUNHA, 1992, p. 136-137).

Para Manoela Carneiro da Cunha (1992, p. 136-137), o Príncipe Regente inauguraria uma forma franca de combate não experimentada nos três séculos anteriores, pois até então a guerra contra os índios sempre fora

[...] defensiva, sua sujeição como benéfica aos que se sujeitavam e as leis como interessadas no seu bem-estar geral, seu acesso à sociedade civil e ao cristianismo.

Importante salientar que as Cartas Régias, nas quais se declarava essa guerra justa aos Botocudo – de 13/5/1808; de 24/8/1808; de 05/11/1808 e de 02/12/1808 – estabeleciam que as terras deles conquistadas seriam consideradas devolutas e que aqueles que fossem apanhados vivos poderiam ser escravizados (OLIVEIRA, ROCHA FREIRE, 2006, p.74).

Ainda assim, segundo Manoela Carneiro da Cunha (1992, p. 33), no século XIX, principalmente em áreas de expansão colonial como o vale do rio Doce, a “[...] questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”.

Dessa forma, uma guerra sem trégua aos Botocudo sancionava que soldados ou colonos pudessem “afastar”, “civilizar” e mesmo “extinguir” os grupos nômades que perambulavam pelo sertão da Capitania. Isso fica bem claro quando, em 1810, o então segundo governador da Capitania Manuel Vieira de Albuquerque Tovar (1918, p. 134, grifos nossos), mandado examinar a navegação do rio Doce, acredita que

[em] poucos annos os dois quartéis [Natividade/MG e Souza/ES] serão grandes aldeas ou villas. Do augmento da população vem os estabelecimentos da mineração nos rios Guandu e Mai-Nassú [Manhuaçu], ricos em minas de ouro (como é constante); e todos estes estabelecimentos contribuirão muito para a civilisação do gentio; ou serem afugentados d'aquelles productivos e auríferos terrenos, ou para sua total extincção [...].

Com a guerra aos Botocudo ainda em pleno vigor, Manoel Tovar infere que essa ocupação de mineiros em torno daqueles quartéis do rio Doce, além das vantagens econômicas, contribuirá para civilizar, afugentar ou extinguir totalmente o Botocudo.

O príncipe Maximiliano, citando informações colhidas *in loco* em 1815, observa que, no rio Doce, a guerra não dera

[...] trégua aos Botocudos, que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo [...]; apenas vez ou outra, “[...] crianças muito pequenas foram poupadas e criadas (WIED-NEUWIED, 1989, p. 153).

Está assim constituída a rede de poder que, autorizada sob a forma de guerra sem tréguas, vai reunir velhas e novas formas de punir esse índio rebelde. Matar, mutilar e escravizar serão ações que repetem as velhas prerrogativas do Antigo Regime: a vingança pessoal do rei e o seu poder de espada, seu poder de guerrear (FOUCAULT, 2009b, p. 48).

Civilizar, tomar terras e confinar em glebas exíguas serão as novas formas de punição, novas tecnologias de poder, em que a divisão do espaço com rigorosa distribuição dos indivíduos e a imposição hábitos “civilizados” estabelecerão uma máxima eficiência de controle e de vigilância sobre esse “selvagem” (FOUCAULT, 2009b, 137-144).

Também uma máxima eficiência nos discursos é requerida para transformar esse índio, antes “gentio inimigo” e “selvagem”, num demônio “antropófago”,

[...] objeto ‘imagético-discursivo’, cujas imagens e significações variam ao longo do tempo e conforme o embate de forças que as toma como objeto de saber (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 157, grifos do autor).

De toda forma, para Maria Hilda Paraíso (1992, p. 424) essa acusação de canibalismo aos Botocudo hoje parece duvidosa. Corroborando esta opinião de Paraíso quanto ao caráter fantasioso dessa antropofagia, posição atual da antropologia brasileira, Regina Horta Duarte (2002, p. 273) acentua a importância da crença, entre os homens da sociedade oitocentista,

[...] de que os botocudos comiam seus inimigos. Verídica ou não, todos lidavam com esta imagem que se amalgamaria aos sentimentos de desprezo e ódio, alimentando-os.

De fato, canibal ou antropófago será o epíteto que acompanhará o Botocudo, o Puri ou qualquer índio livre que seja obstáculo às frentes de expansão colonial. Sua propagação partirá de soldados, colonos, padres e, principalmente, governantes. Serão essas vozes em uníssono, em diferentes contextos e sob distintos objetivos estratégicos, que justificarão o extermínio ou o controle disciplinar desse selvagem Botocudo. Em suma, condições de desejo e poder que irão afetar o príncipe Maximiliano em sua vontade de verdade, principalmente quando entrar em contato com esses discursos (FOUCAULT, 2009a, p. 9-10).

Portanto, a Capitania que Maximiliano encontra em 1815 pode ser resumidamente descrita como uma estreita faixa litorânea; alguns colonos aferrados ao litoral a se alimentar de peixes e farinha de mandioca; algumas fazendas e pequenas roças que produzem alguns gêneros exportáveis para Bahia e Rio de Janeiro; alguns índios remanescentes dos falantes do tronco linguístico Tupi, morando em vilas ou em terras que lhes estão sendo usurpadas pouco a pouco; pequenas vilas pobres e a exuberante mata virgem.

Mas essa impressão algo modorrenta é falsa. Há uma guerra com aquela outra faixa ainda não conquistada. O sertão montanhoso no centro-sul e os tabuleiros do norte são os territórios dos índios falantes do tronco linguístico Macro-Jê. As frentes de expansão avançam sobre esse país, mas seus habitantes se defenderão.

Dessa forma, a guerra sem trégua aos Botocudo segue franca no rio Doce em 1815. O terceiro governador militar da Capitania é Francisco Alberto Rubim, o primeiro que, dispensando os outrora eufemismos de “gentio inimigo” ou “gentio”, denominará simplesmente “índios antropófagos” os Puri e os Botocudo (RUBIM, 1898, p. 182). Esse governador é que receberá Maximiliano e comitiva com “[...] aparências de cortesia [...]”, providenciando-lhes instalações e apoio em sua estada na Barra do Jucu, em Vila Velha (WIED-NEUWIED, 1989, p. 142).

Rubim vai abrir a famosa estrada para a Capitania de Minas Gerais na altura da vila de Vitória, anti-

go porto de Itacibá, hoje município de Cariacica/ES. Segundo seu próprio relato

[...] se rompeu o sertão intermedio d'esta capitania com a de Minas-Geraes, ficando uma estrada de comunicação da cachoeira do Rio Santa Maria, termo da villa de Victoria, à Villa Rica da capitania de Minas-Geraes (RUBIM, 1889, p. 169).

De acordo José Teixeira de Oliveira (1975, p. 256), toda essa via foi então guarnecida por quartéis a cada seis léguas de sua extensão (aproximadamente 40 quilômetros) para proteger os viajantes dos ataques dos Botocudo e outros índios.

Mas é a floresta virgem em sua luxuriante beleza e os costumes dos índios que vagueiam livres que constituem o centro de interesse da viagem do príncipe aos atuais territórios do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Essa intensa vontade de conhecer o intocado, o imaculado faz com que Maximiliano reduza índios, matas e animais à mesma selvagem natureza que cobiça conhecer, classificar e ordenar. Ao citar as mais perigosas feras das matas do Rio Doce, principalmente as onças, o príncipe dirá que

[...] o rude selvagem Botocudo, habitante aborígene dessas paragens é mais formidável que todas as feras, e o terror dessas matas impenetráveis (WIED-NEUWIED, 1989, p. 156).

Contudo, o príncipe supõe ter confirmada a veracidade da antropofagia entre os Puri quando alcança o território da capitania do Espírito Santo. É que qualquer viajante de princípio do século XIX que adentre a Capitania, vindo das capitanias meridionais pela estrada que acompanha a costa, forçosamente passa pela região mais temida pela escassa população daquelas partes: a antiga fazenda Muribeca que, após a expulsão dos jesuítas em 1760, passa a ser frequentada pelos índios Puri (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 89; WIED-NEUWIED, 1989, p. 111).

É outro ponto de tensão de contato entre os índios Jê do sertão com a escassa população de colonos do litoral. No trecho que se segue após a passagem entre as fozes do rio Itabapoana e do rio Itapemirim, essa fricção entre civilizações se verifica muito perto da costa e afeta a segurança tanto dos colonos quanto dos passantes da estrada junto ao mar. Os soldados de um quartel próximo da fazenda Muribeca contam ao príncipe um suposto caso de antropofagia (WIED-NEUWIED, 1989, p. 111).

Maximiliano (WIED-NEUWIED, 1989, p. 126, grifos nossos) reproduz a narrativa dos soldados com certa dúvida. “Supõe-se”; “Acham que [...]”; “segundo afirmam [...]” são expressões que se prestam a abrir aspas para reproduzir o discurso do outro, mas também confessam incertezas sobre esse dito:

As grandes florestas das cercanias de Muribeca são habitadas por Puris nômades, que, nessas paragens e na extensão de um dia de jornada para o norte, se mantêm hostis. Supõe-se, não sem razão, serem os mesmos que vivem amistosamente com os colonos de perto de S. Fidélis [R]. Havia pouco, em agosto, mês que precedera o da nossa visita, atacaram os rebanhos da fazenda, à margem do Itabapuana e mataram, de maldade, trinta bois e um cavalo. Um rapazote negro, que tomava conta do gado, foi isolado dos companheiros armados, feito prisioneiro, morto, e, segundo afirmam, assado e devorado. Acham que eles separaram os braços, as pernas e a carne do tronco, levando-os consigo; porque, pouco depois, encontraram no local a cabeça e o tronco descartado do negrinho; porém os selvagens tinham-se internado precipitadamente pela mata. Reconheceram-se, também, as mãos e os pés, assados e roídos, e dizem que até se viam as marcas dos dentes.

Aqui é importante reter da descrição de Maximiliano a tática dos Puri: o ataque de surpresa sobre o “rapazote negro”, que se isolara de seu grupo, e seu posterior esquartejamento. Essas partes desmembradas de corpos humanos que se encontram

depois dos ataques é que talvez configurem certezas ou incertezas da antropofagia praticada pelos índios Jê. As cartas dos jesuítas, já no século XVI, já mencionavam prática semelhante entre os Aimoré, como eram outrora chamados os grupos Botocudo (NAVARRO, 2006).

O jesuíta João de Azpilcueta Navarro (2006, p. 135, grifos nossos) narra fato acontecido em sua entrada a partir de Porto Seguro para os sertões de Minas Gerais em 1555:

No dia seguinte partimos e passamos muitos despovoados, especialmente um de vinte e três jornadas por entre uns índios que chamam tapuia [aimoré], que é um gênero de índios bestial e feroz, porque andam pelos bosques como manadas de veados, desnudos e com cabelos mui longos como de mulheres; sua fala é mui bárbara, e eles mui carniceiros, e trazem flechas ervadas, e despedaçam um homem, em um momento. Para passar por entre eles juntamos muitos índios dos nossos, que estão em paz, e passamos adiante com espiões, com grande perigo. Um índio que vinha conosco, que nos era muito útil, passou um tiro de besta adiante dos brancos, e veio de súbito uma manada desses tapias e, despedaçando-o, levaram-no em quartos. E com este medo nem os homens brancos nem os índios ousaram, daí em diante, se apartar do caminho, pelo que padeciam muita necessidade, mesmo de água [...].

Aqui é importante salientar que se trata de experiência direta do padre com os índios, embora Azpilcueta acentue no “tapuia” traços de brutalidade com clara intenção de reforçar o contraste com o tupi, reproduzindo a dicotomia tupi-tapuia que persistiu no longo prazo da mentalidade colonial (MONTEIRO, 200, p. 18).

Para além de Muribeca, logo à entrada da Capitania pelo sul, Maximiliano e comitiva não mais encontrarão Puri nem Botocudo. Prosseguem coletando espécimes da flora e fauna até que a comitiva

se separa na vila do Espírito Santo (atual Vila Velha) e o príncipe parte com alguns homens e equipamentos para ver de perto os Botocudo no rio Doce. Mas o príncipe apenas conhece em parte o rio e suas florestas. A guerra aos Botocudo lhe impede de investigar melhor esse cobiçado território (WIED-NEUWIED, 1989, p. 146-147).

No entanto, o assunto da antropofagia só será novamente examinado detidamente pelo príncipe em sua estada com os Botocudo em Belmonte na capitania da Bahia. Ali terá a oportunidade de inquirir os integrantes das hordas com que trava contato e, sobretudo, o jovem Botocudo Queck, incorporado naquela altura à sua comitiva e que regressará com o príncipe à Prússia em 1817 (COSTA, 2009, p. 78).

### 3. O encontro com o canibal em Belmonte

Em Belmonte, após encontrar-se com alguns grupos Botocudo e a propósito de lhes descrever os costumes alimentares, Maximiliano vai destacar preferência deles por comer macacos (WIED-NEUWIED, 1989, p. 301).

Em assim sendo, imagina Maximiliano (1989, p. 301); a partir dos esqueletos dos símios, abandonados nos acampamentos dos índios e similares aos ossos humanos; que os europeus “[...] cometessem o engano de acusá-los de preferir especialmente carne humana [...]”. Contudo, o príncipe afasta essa possibilidade e vai tentar provar a veracidade da antropofagia a partir dos depoimentos dos próprios índios.

Seja como for, como espero mostrar adiante, esses selvagens não podem ser isentos da culpa de comer carne humana; todavia, parece certo que não o fazem por achá-la mais saborosa, senão que raramente se entregam a essa inqualificável abjeção, e só com o fito de satisfazer a sede de vingança. Tem-se dito que os tapuias preferem a qualquer outra a carne dos negros; nada posso decidir a tal respeito, mas

é também crença que os Botocudos têm os negros como uma espécie de macacos, chamando-os por isso macacos do chão.

Destaque-se deste trecho três importantes questões. A primeira é a negação de que os índios comam a carne humana por gosto ou necessidade, mas por vingança. A segunda questão, por sua vez, nega a primeira. Se não é por gosto, porque a preferência pela carne dos negros? Mas, o príncipe não tem elementos para se pronunciar a esse respeito. Afinal é uma informação de segunda mão. Não será melhor inquirir os antropófagos em pessoa? A terceira indica a crença do século de século XIX na inferioridade dos negros. Será que Maximiliano coloca na boca dos Botocudo sua própria crença na “animabilidade” dos negros?

É dessa forma que vai então reproduzir algumas informações sobre as táticas de guerra dos Botocudo contra as outras nações inimigas. São relatos cheios de detalhes, nos quais a influência das leituras quinhentistas prévias de Jean de Léry (*Histoire d'un Voyage fait en terre du Brésil*) e Hans Staden (*Geschichte eines Landes America*) está nitidamente presente. Todavia, essa prosa pode agora passar pelo crivo de Queck (WIED-NEUWIED, 1989, p. 310-311, grifos nossos).

Ordinariamente trava-se terrível batalha em que todas as flechas são utilizadas por ambas as partes, cabendo geralmente a vitória a quem as possui em maior número. O ataque é feito debaixo de enormes gritos e, quando os inimigos chegam-se mutuamente ao alcance das mãos, entram em ação unhas e dentes. Uma xilogravura de Léry dá-nos figura muito exata de um desses combates entre Tupinambás e Margaiás, que ainda em nossos dias seria verdadeira. O vencedor sai ordinariamente em perseguição aos vencidos, e, pelo menos no que respeita aos Botocudos, só faz muito poucos prisioneiros. Contaram-me, porém, terem sido vistos alguns em Belmonte, utilizados em trabalhos diversos, como

escravos. Se conseguem os Botocudos pôr a mão em seus inimigos, sejam eles Patachós, a que chamam ‘Nampuruck’, ou ‘Machacaris’ (‘Mavon’, na língua que falam), homens, mulheres e até as crianças são por eles mortos. A carne é devorada por alguns, exceção feita da cabeça e do ventre, que põem fora. Na região do baixo Belmonte asseguraram-me que se acaso derrubam a flechadas um patachó de cima de uma árvore, deixam-no apodrecer intacto sobre o solo. Esta asserção é, todavia, desmentida pelo depoimento de meu botocudo Queck (grifos nossos).

O príncipe também fica sabendo que os chefes das hordas de Botocudo que convivem em paz com os colonos se antagonizam com Jonué – um outro chefe que, naquela altura, mostrava-se irredutível a uma aproximação com os “civilizados”. Maximiliano pergunta a esses chefes se era verdade o costume de comerem os inimigos mortos em combate. Mas “[...] negavam sempre a sua existência entre eles; acrescentavam, porém, usarem-no ainda Jonué e outros compatriotas seus” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 314).

Maximiliano desconfia: que fariam eles então dos braços e pernas cuidadosamente cortados aos inimigos mortos? Na verdade, o príncipe não lhes faz a pergunta, senão que a faz a si mesmo. Sua certeza da antropofagia é tão irredutível que acaba inquirindo o jovem Queck, o qual acaba fazendo ao príncipe alguns relatos de como os Botocudo teriam devorado um Pataxó (WIED-NEUWIED, 1989, p. 315).

Um chefe de nome ‘Jonué cudgi’, filho do famoso ‘Jonué iakiim’, aprisionara um patachó. Todo o bando se reuniu, o prisioneiro foi trazido de mãos amarradas, sendo morto por ‘Jonué cudgi’, com uma flechada no peito. Fizeram então uma fogueira, onde foram cortadas e depois assadas, as coxas, os braços e as outras partes carnudas do corpo, que todos depois comeram, dançando e cantando.

O príncipe, ao recontar o que ouvira de Queck, recobre novamente a narrativa com detalhes co-

lhidos de Jean de Léry e Hans Staden, que lera antes de empreender sua viagem ao Brasil (WIED-NEUWIED, 1989, p. 315). É importante acompanhar seu raciocínio:

Quase todos os primeiros viajantes concordam em acusar de antropofagia a maior parte dos indígenas do Brasil; contudo, talvez se tenham enganado com relação a muitos deles [...]. Apesar de tudo, não é sem fundamento que se tem noticiado a existência daquele bárbaro costume em muitas tribos de selvagens brasileiros. Os tupinambás e outras tribos da costa aparentadas com eles engordavam os prisioneiros e depois os matavam com ‘ivera-peme’ [ibirapema], nome que davam a uma pesada maça de madeira, cheia de enfeites. O carrasco devia depois disso permanecer quieto na rede, e, para que seus braços não perdessem a segurança nos golpes, punha-se a atirar com um pequeno arco numa bola de cera. Todas essas tribos tupis acham-se civilizadas nos dias de hoje, persistindo porém o hábito da antropofagia em alguns ramos de tapuias, como os Botocudos e os Puris. É difícil acreditar, como alguns afirmam, que comam carne humana por uma questão de gosto, pois fala contra isso o fato de que também deixam prisioneiros com vida; não há dúvida porém que, por vingança, devoram a carne dos inimigos mortos em combate, como prova muito claramente a declaração feita pelos chefes mansos do rio Belmonte, de comerem a Jonué, seu inimigo comum.

Para Maximiliano, o Botocudo é mesmo antropófago, assim como os Puri também o são. Ambos comem seus inimigos por vingança como os Tupinambá, porém realizam um ritual mais simples. Mas, o canibalismo é uma doença que tem cura, haja vista que todas as tribos Tupi já não cultivam esse hábito, posto que “civilizadas” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 315). A fé do príncipe no poder civilizatório europeu é inabalável. Assim,

É possível que muitas das tribos que outrora comiam sem pejo a carne dos inimigos, tenham deixado já este bárbaro costume, principalmente nos pontos em que se acham em boas relações com os europeus. A própria energia com que os botocudos de Belmonte defendem a sua horda da acusação de praticá-lo, prova que eles acabaram por se convencer de quanto é degradante semelhante costume e justifica a esperança de que esse povo, cujo estágio de civilização é de todos o mais baixo, possa gradualmente progredir para um grau de cultura mais avançado.

Eis, pois, o Botocudo antropófago de Maximiliano: mistura o disse me disse entre os grupos rivais Botocudo, os corpos despedaçados presentes nos relatos de jesuítas do século XVI, as narrativas dos colonos luso-brasileiros do século XIX e os fragmentos de relatos antropofágicos dos Tupinambá do século XVI. Parece ser essa a maneira com que o príncipe monta seu puzzle de canibal. Mescla esse já-dito de suas leituras prévias com uma suposta verdade revelada em sua viagem.

#### 4. Tupinambá: o canibal desejado

Maximiliano ao mencionar os remanescentes dos Tupinambá que encontra ao longo de sua jornada pela costa e pelas calhas dos rios quase sempre lhes reserva palavras melancólicas e um tanto decepcionadas com o seu atual “grau de civilização”. Ainda em 1815, em seu primeiro encontro com os remanescentes dos Tupi em São Pedro dos Índios, no território atual do Rio de Janeiro, faz deles a seguinte descrição (WIED-NEUWIED, 1989, p. 63):

[...] As roupas e a linguagem eram a das classes mais baixas portuguesas, e somente em parte conservavam o conhecimento da língua original. Tinham a presunção de querer passar por portugueses e olhavam com desprezo os irmãos ainda selvagens

das florestas, a quem denominavam ‘caboclos’ ou ‘tapuias’. As mulheres enrolavam os compridos cabelos, negros como o carvão, num coque no alto da cabeça, como as portuguesas.

Mais adiante, afirma o príncipe que os costumes originais que lhes restam, na medida em que se fizerem mais “civilizados” se perderão,

[...] de modo que deles não se encontrará futuramente nenhum vestígio e só serão conhecidos através das descrições de Hans Staden e Léry (WIED-NEUWIED, 1989, p. 65).

Mas, a despeito de todas essas contradições, será em Vila Nova de Olivença na Bahia, em 1816, após sua estada com os Botocudo em Belmonte, em outro encontro com remanescentes dos Tupinambá da costa que o príncipe revelará o antropófago que provavelmente queria encontrar (WIED-NEUWIED, 1989, p. 335, grifo nosso):

Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro Tupinambá, o capacete de penas à cabeça, o escudo de penas (‘enduap’) nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e as flechas na mão. Ao invés disso, os descendentes desse antropófago me saudaram com um ‘adeus’, à moda portuguesa. Senti, com tristeza, quão efêmeras são as coisas deste mundo, que, fazendo essas gentes perder seus costumes bárbaros e ferozes, despojou-as também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos.

Seria mesmo impossível que esse distante e verdadeiro antropófago Tupinambá do século XVI não ficasse incutido na cabeça do príncipe. Resta dizer que as vívidas descrições de Hans Staden e Léry realmente impressionam e admiram a todos que as leem mesmo hoje.

Quem não gostaria de ver, ainda que de longe, tão imponente guerreiro com suas armas e ornamen-

tos? Até porque, mais adiante, esse Tupi, então quase extinto ou “civilizado”, será considerado o brasileiro mais autêntico e original para a maioria dos escritores românticos brasileiros do século XIX, ao mesmo tempo em que as frentes de expansão para oeste continuarão caçando sem trégua qualquer Tapuia que se lhes interponha (MONTEIRO, 2001, p. 172).

#### 5. Considerações finais

O príncipe Maximiliano em sua jornada por esse pedaço de Brasil tropical no século XIX não se preocupou apenas com índios supostamente canibais. Sua obra publicada demonstra a descoberta de novas espécies de répteis, anfíbios, pássaros e mamíferos. Mas não ficou indiferente aos habitantes originais do território: os Tupi da costa, aldeados ou quase totalmente misturados com os camponeses luso-brasileiros pobres, e os indomados Jê, que vagavam por um território agora cobiçado pelas frentes de expansão colonial.

A guerra contra esses “tapuias”, declarada pelo Príncipe Regente em 1808, visava a sua submissão e o seu confinamento em pequenos lotes, liberando o território para abrir novas estradas, navegar as velhas vias líquidas e para formar imensas glebas a fim de fixar as frentes agrícolas que, acreditava a Coroa, salvariam a economia do nascente Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Mas eram precisos bons motivos para justificar os ataques a esses índios rebeldes. Principalmente que a questão agora não era a sua escravidão, mas a expropriação de suas terras, algumas próximas dos aglomerados já estabelecidos. Assim, um ataque aqui, outro acolá, uma vítima em pedaços, uma história mal contada e, sobretudo, um medo terrível e persistente foram os motivos para que nascesse o demônio-canibal, imagem que povoaria as mentes dos luso-brasileiros comuns e das autoridades coloniais.

Mas o príncipe, ao ouvir tais relatos, queria ter certeza. Tinha dúvidas, porém as leituras produzi-

das no século XVI construíam em sua mente uma convicção fragmentada. Só em Belmonte na Bahia, agora com as lembranças de seu jovem companheiro Queck, Maximiliano montou seu canibal possível. E esse antropófago então consumia seus inimigos por vingança num ritual simples, aliás, demasiado singelo comparado com o ritual Tupinambá, que tanto impressionou o príncipe quando leu Hans Staden e Jean de Léry.

Quando comenta, com tristeza, que esse e outros costumes dos Botocudo perderam “sua originalidade”, assim como sucedeu aos Tupinambá ao longo dos séculos, Maximiliano confessa então o canibal de verdade que esperava ver em sua viagem.

De toda forma, os costumes dos Botocudo, ainda que julgados “bárbaros e ferozes”, segundo o conceito europeu de “civilização” então corrente, puderam chegar ao conhecimento de hoje, graças a Maximiliano e aos outros viajantes naturalistas no Brasil do século XIX.

#### Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização*. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória: Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.
- COSTA, Christina Rostworowski da. *O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e a sua Viagem ao Brasil*. 2008. 132 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São, 2008.
- CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras: Secretaria Municipal: FAPES, 1992.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras: Secretaria Municipal: FAPES, p. 133-154, 1992.
- DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no vale do rio Mucuri. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n° 44, p. 267-288, 2002.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. A navegação do rio Doce: 1800-1850. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 50-72, 2007. Disponível em: <<http://www.revistanavigator.com.br/navigs/>>

art/N5\_art4.html> Acesso em: 20/07/2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19 ed. São Paulo: edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo*. 2001. 233 p. Tese (Concurso de Livre Docência) – Departamento de Antropologia IFCH da Universidade de Campinas – UNICAMP, 2001.

NAVARRO, João de Azpilcueta. Uma do padre João de Azpilcueta [Porto Seguro, 24 de junho de 1555]. In: HUE, Sheila Moura (Org.). *Primeiras Cartas do Brasil [1551-1555]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 131-142.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ROCHA FREIRE, Carlos Augusto da. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PARÁISO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: Cunha, Manuela. Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 413-430.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal: FAPESP, 1992, p. 115-132.

PINTO, Olivério M. Oliveira. Viajantes e naturalistas. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 2, v. 3: Reações e transações, 2004, p. 445-466.

PONTES, Antonio Pirez da Silva. *Pré-memória do Governador do Espírito Santo Antonio Pirez da Silva Pontes, em 25 de agosto de 1802*. Vitória: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. [cadernos de História; 25], 1999.

RIBEIRO, José Eustáquio. *Viagens, viajantes e livros de viagem: Goiás na primeira metade do século XIX*. 2004. 221 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Neto” (UNESP-Franca/SP), 2004.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *O comércio e a navegação na Capitania Portuguesa do Espírito Santo – Brasil (sec. XVI-XVIII)*. Comunicação encaminhada ao XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Sessão 6A - Dinâmicas do império português, séculos XVI a XVIII, p. 1-17, em 20/11/2010.

RUBIM, Francisco Alberto. Notas, apontamentos e notícias para a história da Província do Espírito Santo: Memória Estatística da Província do Espírito Santo no anno de 1817. In: *Revista do IHGB* tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 161-348, 1898.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Revisão de Capistrano de Abreu. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

SCHADEN, Egon; PEREIRA, João Baptista Borges. Exploração antropológica. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo 2, v. 3: Reações e transações, 2004, p. 425-443.

TOVAR, Manoel Vieira de Albuquerque. Informação de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a navegação importantíssima do rio Doce. In: *Revista do IHGB*, 3 ed., tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 134-138, 1918.

VANZOLINI, P. E. A contribuição zoológica dos primeiros viajantes naturalistas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 190-238, 1996.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar Süsskind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

Recebido em: 09/08/2017

Aprovado em: 28/09/2017

